

Questões para o MST

*Escrito por Antonio Julio de Menezes Neto**

Parte 1

07-Abr-2011

O MST continua a ser o principal movimento social brasileiro. Luta de cabeça erguida contra os poderosos e a favor do socialismo em nosso país. Continua - e talvez tenha até aumentado no novo século - com a sua política de ocupação de terras e de espaços políticos urbanos. É uma referência da esquerda mundial e, mesmo assim, perde visibilidade política. Qual o motivo? Creio que podemos apontar alguns para o debate:

1) Nos anos 1990, período de maior crise do socialismo e de consolidação do neoliberalismo no Brasil, houve um recuo de praticamente todos os movimentos sociais e políticos de trabalhadores. A exceção ficou com o MST que, "contra tudo e todos", conseguiu se firmar como uma contraposição ao capitalismo na sua forma neoliberal de então. Ao contrário dos outros movimentos, não se entregou ao pragmatismo ou ao desânimo generalizado do período. Foi à luta e enfrentou o latifúndio, o agronegócio, a imprensa e o neoliberalismo do governo FHC.

2) Porém, findo o governo citado e com a posse do governo petista de Lula, o MST muda as suas ações. Continua a enfrentar o agronegócio baseando suas ações, acertadamente, na luta de classes. Porém, passa a considerar o novo governo como "em disputa". Assim, passa a "disputar" o novo governo, mesmo quando este se mostra hegemonicamente vinculado ao capitalismo e ao agronegócio. O governo passa a não ser visto como um instrumento da classe dominante, mas sim contraditório, abrigando setores de direita e de "esquerda". Portanto, o governo deveria ser disputado e não criticado, pelo menos publicamente. Se o governo encaminhava-se para a direita, a "culpa" era dos movimentos de esquerda que não faziam a disputa "pelo poder".

3) Não apresentando mais contradições com o "gerente do capitalismo", ou seja, o governo federal, e desconsiderando o papel do novo governo na luta de classes favorável ao agronegócio e à direita, o MST perde visibilidade. É dependente das políticas públicas e, aparentemente, defende o governo que gere estas políticas. Parte da grande imprensa passa a se preocupar não com a luta de classes advinda das ações do MST, mas em vincular este ao governo federal para fazer oposição ao governo central.

Ou seja, as ações do MST perdem a autonomia na luta de classes e o Movimento Sem Terra passa a ser visto apenas como mais um apoiador do governo. Desta forma, a direita passa a criticar o Movimento para desgastar o governo Lula e não para inserir este debate na luta de classes.

4) O MST torna-se ambíguo nas suas ações políticas. Não realiza críticas ao governo Lula para não se distanciar das bases, devido à popularidade de Lula, e passa a apoiar o bipartidarismo. Ou seja, adere à idéia de que criticar o governo petista seria dar forças para o PSDB. Com isto, nas eleições, por exemplo, nunca engrossa propostas de frentes de esquerda, apoiando sempre o "mal menor" que seria o PT.

5) Ao não criticar o governo, acaba por ter uma visão equivocada do problema da terra no Brasil, respaldando, algumas vezes, o argumento "contra" a reforma agrária usado no período FHC. Este governo dizia que no Brasil não havia mais terras passíveis de reforma agrária. Pois bem, o MST, indiretamente, passa a aceitar este argumento ao começa a lutar contra a lei dos "índices de produtividade" para uma terra ser considerada improdutiva e passível de reforma agrária.

* Antonio Julio de Menezes Neto é sociólogo, doutor em Educação e professor na UFMG.

Mas estudos do Professor Ariovaldo Umbelino, da USP, já demonstraram que grande parte das terras do agronegócio são devolutas (do governo). Ou seja, o governo, sem mexer nos "índices de produtividade", poderia retomar as terras invadidas pelo agronegócio e realizar a reforma agrária. Claro que isto geraria conflitos enormes, mas um governo de esquerda deveria temer conflitos?

Defendo que a esquerda deve – ou melhor, já deveria - deixar de lado a posição bipartidária do mal menor e se reorganizar com cara própria para a defesa do socialismo. Mesmo que minoritária, que não chegue ao governo por agora, deve começar a demarcar seu campo próprio, demarcar suas diferenças com tucanos e petistas e avançar na construção de uma sociedade que supere o capitalismo.

(Fonte: Correio da Cidadania <http://www.correiodacidade.com.br/content/view/5689/9/>)

Parte 2:

Questões para o MST (2)

Escrito por Antonio Julio de Menezes Neto

20-Abr-2011

É bastante conhecida a passagem em que Marx cita o "cercamento dos campos" na Inglaterra, possibilitando a expulsão dos camponeses e sua substituição por carneiros para a produção de lã. Os trabalhadores expulsos iriam para as cidades trabalhar nas fábricas, muitas vezes produzindo casacos de lã cuja matéria-prima advinha dos carneiros que os substituíram no campo.

Este exemplo demarca a história do capitalismo. É um sistema mercantil, que se centra na produção de mercadorias, e não no ser humano. Assim, todos os países que desenvolvem a reprodução do capital tendem a expulsar os camponeses ou, quando muito, integrá-los ao sistema. Hobsbawm em seu conhecido livro "A Era dos Extremos" afirma que a urbanização foi a mais importante mudança deste século, pois, até meados do século XX, praticamente todos os países do mundo ainda mantinham uma população rural bem superior à população urbana. No fim do século, mesmo os países periféricos e "rurais" conhecem uma impressionante migração campo/cidade. Diz: "A mudança social mais impressionante e de mais longo alcance da segunda metade deste século, e que nos isola para sempre do mundo do passado, é a morte do campesinato". (p.284).

E assim caminha o capitalismo. Quanto mais o capital adentra em nações para a sua reprodução, menos necessita do trabalhador no campo. No mundo atual, os países considerados "mais atrasados para os padrões capitalistas", como países africanos, asiáticos ou latino-americanos, são os que apresentam uma maior população camponesa.

O Brasil vem conhecendo este fenômeno há algum tempo. Fazendo um recorte para o período JK, veremos que a proposta de "cinquenta anos em cinco" já havia levado a uma grande migração campo/cidade. O período militar radicalizou com sua proposta de "modernização conservadora", "conquista de fronteiras" e "apoio ao agronegócio".

Todos estes governos se propunham a "desenvolver" o capitalismo no Brasil e, conseqüentemente, "urbanizar o país".

Nas últimas décadas, o capitalismo mundial tomou novo formato, com a sua reprodução neoliberal. O agronegócio estava consolidado. Mesmo setores de esquerda começaram a crer que a reforma agrária não seria mais necessária. É neste momento que entra em cena o MST, dizendo que existiam trabalhadores querendo terras e que poderíamos ter um

projeto de país que os incorporasse. Não era necessário seguirmos o modelo do capitalismo mundial que elimina os camponeses ou os submete. Assim, o MST torna-se um dos mais importantes e criativos movimentos não só pela defesa da reforma agrária, mas também ao questionar o capital e propor um modelo de país em que os camponeses teriam um importante papel.

Porém, o capital possui diversas formas de se reproduzir. E a reprodução não acontece apenas no campo da economia, mas também, e concomitantemente, da política. Governos marcadamente neoliberais, como o de Collor ou FHC, foram substituídos por governos liberal-sociais, como o de Lula/Dilma. Se o governo FHC trazia para a cena a luta de classes, com praticamente toda a esquerda se mobilizando contrariamente, nos governos Lula e Dilma a confusão foi instaurada. Muitos movimentos de trabalhadores ficaram desorientados e passaram a fazer análise de "governo em disputa", ou "governo de coalizão de classes", quando claro estava que a única coalizão nos governos Lula e Dilma era a coalizão da classe burguesa.

Assim, novamente insisto para que discutamos, no campo da esquerda, estas questões.

Não existe reforma agrária capitalista, a não ser para submetê-la ao projeto do capital. Se os trabalhadores querem um projeto autônomo e socialista, devem se organizar para disputar a luta de classes contra os setores do capital incrustados nos meios de produção ou nos governos. A denúncia e a luta contra o capital, representado por capitalistas ou por governos, deve ser o principal objetivo dos socialistas. Coalizões com governos menos ruins ou mais ruins apenas interessam à reprodução do capital. Proponho que discutamos estas questões com franqueza.

(Fonte: Correio da Cidadania <http://www.correiodacidade.com.br/content/view/5736/9/>)